

O RIO É CARIOCA E CONTINUA ÍNDIO 450 ANOS DE FUNDAÇÃO

A Associação Indígena Aldeia Maracanã, realizaram em parceria com o Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado e Educação, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Secretaria de Educação e Tecnologia de Angra dos Reis, (IPAM) Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, (IAB), Instituto de Arqueologia Brasileira com a Exposição: “O Índio no Recôncavo da Guanabara”, além Indigenistas, Antropólogos, Historiadores e intelectuais, realizaram “O Seminário o Rio Continua Índio”. O Evento gratuito, realizados nos dias 20 e 21, na Rua Dom Manuel 29, Centro das 9h às 18h, e contou também com a presença de diversas lideranças indígenas, representados por Pataxós, Guaranis, Puris, Kaingáng, Potiguaras, Tukano, Kayapó, dentre umas dezenas de etnias presentes, que também aproveitou o evento para expor seu artesanato e danças tradicionais.



Parecia à volta no tempo, precisamente 450 anos, data em que se comemora a Fundação da Cidade/Estado do Rio de Janeiro, (DC), em 2015. O próprio nome do Evento o Rio Continua Índio, reafirma a condição de ser carioca e indígena. A Historiografia da Cidade excluem os verdadeiros protagonistas que construíram essa cidade como é o caso dos negros e indígenas. Não existe índio na prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A sensação que a historia oficial passa, é que não existiu e nem existe referência aos povos que fundaram essa cidade, originários da África como é o caso dos Sambaquis. Na nossa literatura e versão oficial é que nós somos oriundos do povo europeu, branco da Portugal, Espanha e França.

Segundo recentes estudos da Antropologia, os primeiros povos que fundaram a o “Rio de Janeiro” foram os povos Sambaquis “monte de conchas” a cerca de oito mil anos. Segundo a teoria majoritária ou mais aceita: os Sambaquis migraram do Estreito de Bering, pelo mar ou andando pelas geleiras para as Américas, trazendo consigo vasto conhecimento sobre a agricultura, arquitetura e astronomia.

Os primeiros habitantes os Sambaquis, Tupinambás, Terminos, Puris, e Tupis, possuíam vasto conhecimento da matemática e da natureza, pois conheciam os dias de chuvas; o fenômeno das estrelas e constelações para o estudo da astronomia; a lua e sol para a fertilidade do solo; a importância das enchentes dos rios e mares para a agricultura e os benefícios das plantas medicinais; o cultivo da mandioca, aipim, feijão, milho, amendoim, caju, abacaxi, o pequi e o urucum, tabaco, pimenta, algodão que teciam suas redes, cestas de cipó, panelas e a feitura de vasos de barro. Utilizavam também para sua autodefesa, instrumentos de guerra, como: “o machado de pedra, facas do casco tartaruga e o arco e flecha” e habitavam e viviam em ocas, cabanas, malocas ou aldeias; Viviam em grupos, possuíam língua própria e moravam perto da floresta e do rio, para facilitar a agricultura a caça e a pesca.



Com seus cânticos e danças transmitiam seus conhecimentos milenares para as novas gerações. Adornavam seus corpos com pinturas em seus corpos, tocam e cantavam músicas com instrumentos de percussão e sopro, como o maracá, a flauta, tambores, bastões de ritmo, reco-reco e chocalhos – o próprio corpo humano, pela utilização de pés, mãos e outras partes do corpo. É possível ver em algumas cavernas, pinturas rupestre na rochas e pedras de animais, plantas e pessoas. Estudos apontam que as pinturas rupestre ou arte, tenham sido originadas do homem do Cro-Magnon e Neanderthal, ainda no período paleolítico.

A relação dos descendentes dos Sambaquis, os Tupis, Guaranis, Tupinambás e outras culturas, não eram tão amistosos, como retratado no quadro de Victor Meirelles na primeira missa rezada pelos Jesuítas no Brasil. Nessa época as tribos guerreavam uma contra as outras, sendo os Tupis, os primeiros povos a entrar em contato as expedições (portuguesas, francesas e espanholas), que buscavam uma rota para o comercio de suas quinquilharias.



O povoamento da Baía de Guanabara pelos portugueses começou em 1530, com a vinda do Governador Tome de Souza, a serviço dos interesses da Coroa a fim de explorar a terra e o pau-brasil, muito abundante na nossa costa. Para consolidar essa ocupação, a Coroa Portuguesa, “distribui terras a homens de muita posse, com vistas a fundar vilas, cidades, nomear ouvidores e tabeliães, arrecadar dízimos e escravizar índios e cativar gentios para seus navios”. Para o calendário oficial do Rio, consta como Fundador da Cidade do de São Sebastião do Rio de Janeiro o Governador Estácio de Sá no ano de 1565. Sua principal missão foi expulsar os Franceses, e os índios Términos que travavam uma guerra de conquistas de território na Baía de Guanabara. Nesse momento em que se comemoram 450 anos de Fundação da Cidade. O Rio sediou em solo pátrio, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, com atletas de vários países, de diversas modalidades em 2016.

Os preparativos para receber os visitantes que chegam à cidade, não constam homenagens as comunidades indígenas ou aos seus descendentes que fundaram a cidade. Na cerimônia de Sydney na Austrália em 2000, que foi considerada a olimpíada do século, a

principal estrela da festa foi à atleta Aborígene Cathy Freemam. Mesmo com o destaque de uma representante Aborígene na abertura do evento, foi possível ver os protestos da comunidade Aborígene, pelo massacre do seu povo. Segundo Isobel Coe, líder da delegação aborígene, o mundo precisa conhecer a historia dos ancestrais fundadores do país: “Os aborígenes esperam que as bandeiras proclamando "Autodeterminação, Soberania" atrairão os olhos do mundo para o seu sofrimento”.



Em contraponto ao esquecimento dos povos indígenas na agenda dos Jogos Olímpicos de 2016. A Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM), organizaram no Museu da Justiça nos dias 20 e 21 de Agosto. O Seminário “O Rio Continua Índio”. Segundo os idealizadores do evento. O objetivo do seminário consistiu em resgatar a identidade dos povos tradicionais; valorização da sua contribuição histórica, cultural e ética, na formação do povo Brasileiro.

O Evento foi realizado em parceria com a Associação Indígena Aldeia Maracanã, Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, IAB, Instituto de Arqueologia Brasileira, Historiadores e Antropólogos. Na pauta de exposição, os especialistas aprovaram: A criação do Museu do Índio; A Criação Do Centro de Referência e Tradições Indígenas; A criação da Universidade Indígena; A criação do Conselho Indígena, e por ultimo: a contratação de professores indígenas, em cumprimento da Lei 13.645, que estabeleceu uma serie de diretrizes no sentido de tornar obrigatório o estudo da historia e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas publicas de Nível Fundamental e Médio.

Segundo o Coordenador Adjunto dos Saberes Indígenas, MEC/SECAD de São Paulo, Edson Kayapo, que mediu o tema: “O Papel do Educador Indígena”. Segundo ele, a CRFB/88 consolidou deveres e direitos, que ate o presente é uma ficção. “Os povos indígenas sofreram historicamente a violência da cidadania integracionista, pela qual o Estado pretendia trocar direitos sociais pelo abandono das nossas identidades étnicas. Hoje, estamos lutando por uma política inclusiva, em que o direito à igualdade não signifique a perda da identidade sócio cultural. Somos iguais em valor humano e em direitos, e nosso direito deve estar vinculado às nossas diversidades socioculturais. Hoje, a educação escolar indígena diferenciada coloca sob suspeita a organização da educação por disciplinas escolares, no formato criado no ocidente. Buscamos o diálogo entre os conhecimentos através da intercultural idade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, enfim, através da integralidade do conhecimento”.



Contudo, “O Seminário o Rio Continua Índio” foi sucesso foi um sucesso de publico. Espera-se que com as demandas entregues as autoridades a coisa aconteça e seja colocada em praticas e implementadas, como a consolidação do “Museu do Índio e/ou Centro de Convivência, além da criação do Conselho Indígena do Estado do Rio”. Para esse fim foi marcada uma reunião na Secretaria da Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, dia 01/10/15 às 14: h00 para discutir uma agenda de atividades e as demandas dos povos originários.

Ainda são tímidas as conquistas por soberania dos povos indígenas no Rio, porém a chama esta acesa por novas conquistas. Segundo o Cacique Tucano: “Esperamos que a prefeitura coloque na programação dos Jogos Olímpicos atividades culturais em resgate da nossa cidadania e em parceria com o Governo do Estado, consolide o Centro de Tradição dos Povos Tradicionais, o Museu do Índio”, finalizou.

A Aldeia Tamoia, conhecida como Aldeia Maracanã, berço da Resistência indígena que ocupou o Antigo Museu do Índio abandonado há décadas. Luta pela consolidação da Criação do Centro de Referência dos Povos Tradicionais com a reforma do Antigo Museu do Índio em meio à realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

“O que se sabe é que, no início do século XIX, a região era de engenhos de açúcar e, provavelmente, ainda repleta de aves chamadas maracanãs. Em 1889, com a chegada da República, aquelas terras adquiridas pelo Duque de Saxe, genro de D. Pedro II, deixariam de pertencer ao Império do Brasil e passariam a ser propriedade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O casarão imperial se tornaria conhecido a partir de 1953, como sede do Museu do Índio, chefiado por Darcy Ribeiro. O museu se tornaria referência internacional, servindo de “modelo a diversas instituições, orientando-a quanto à catalogação e classificação de material etnográfico e quanto aos melhores métodos de exposição museográficas”.



No início da ocupação em 2006 não houve resistência por parte do governo, na remoção das 17 etnias, pois o Museu estava em total abandono servindo como esconderijo de marginais que assaltavam os transeuntes que se dirigiam ao maracanã para assistirem as partidas de futebol. Com o interesse do Governo e Prefeitura do Rio, que candidataram a Cidade para sediar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. Houve necessidade da adequação do antigo estádio as exigências da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional. O que levou a articulação da resistência indígena, com a sociedade civil a fim da garantia da reforma do antigo museu do índio e a autonomia gerencial para a criação da nova Universidade Indígena. Segundo José Urutao Guajajara, que participou da ocupação definiu a resistência.

“A universidade, um espaço de exercício cultural, religioso e educativo. Recebemos estudantes e interessados de diversas partes do mundo, de diversos grupos sociais. Existem residentes que cuidam do espaço, que participaram e participam da resistência, que não abandonaram a luta, nem nas invasões militares. São negros, favelados, punks, índios, mulheres, idosos, que vieram, por exemplo, das resistências à demolição do Laserj e das remoções de Manguinhos, que não podemos renegar. Eles fazem parte da histórica desta resistência e deste espaço ancestral, sagrado. Nossa resistência é intercultural, popular! Este patrimônio imaterial é de todas, e diversos segmentos sociais estão conosco, ombro a ombro, dia a dia, nesta luta”.



O “Cacique Tucano”, um dos líderes, assim definiu: “A resistência maracanã é a luta do índio urbano que se manifesta aqui nesse solo sagrado. E ela se deu em condições análogas de sobrevivência, pois éramos desprovidos de tudo, desde a falta de Luz, água, além da ameaça de desabamento por causa das fortes chuvas de Verão”. Não demorou as tropas policiais a mando do Ex. Governador Sergio Cabral que conseguiu liminar da Justiça expulsar os índios do antigo Museu do Índio, levando para “Hospital Curupaiti” onde estaria provisoriamente até a construção do imóveis no Estádio, conjunto Zé Kéti, do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Nem todas as etnias que ocuparam o antigo Museu do Índio aceitaram um imóvel do Governo do Estado como contrapartida à desocupação. Pois temia serem enganados com falsas promessas. Nessa época se fizeram várias passeatas pela cidade pedindo o afastamento do governo Sergio Cabral, pelos “desmandos e corrupção do governo”.

Com a participação ativa dos movimentos sociais em defesa do antigo Museu do Índio, restou ao Ex. Governador Sergio Cabral fazer um discurso em sintonia com a Aldeia Maracanã e assim definiu: “O Centro Indígena terá como objetivo “promover, preservar e difundir, a história, os valores, os conhecimentos e todos os aspectos culturais dos indígenas brasileiros”, com foco especial nos grupos que vivem ou viveram nas diversas regiões do estado do Rio. O Centro será ainda um ponto de formação, referência e apoio para os índios”.



Com a Eleição a posse do Governo Luiz Fernando Pezão, os desafios continuam em consolidar o Centro de Referência dos Povos Tradicionais e a Criação do Conselho Indígena. No Seminário realizado no Museu da Justiça nos dias 20 e 21 de Agosto que tiveram a presença de autoridades e lideranças Indígenas. A Subsecretaria de Assistência Social e de Direitos Humanos Andrea Sepúlveda, que esteve no Seminário O Rio Continua Índio, reafirmou a intenção do Governo Pezão na consolidação na criação do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas e da Reforma do Antigo Museu o Índio, para criação do Centro de Referência/Universidade Indígena. Na ocasião do evento deixou agendada para o dia 01 de Outubro, uma reunião na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, extensivo a sociedade civil e as lideranças indígenas para tratar do assunto.

O líder e Cacique Tukano, representante da Aldeia Maracanã, entregou um documento para análise do governo, onde estão os pontos de convergência para consolidação do Conselho dos Direitos Indígenas e a Reforma do Antigo Museu do Índio. “Estamos entregando aqui o documento para a abertura de um dialogo com o governo, um dossiê completo na nossa luta. Pedimos que o Governo acelerasse o projeto e não fique preso a agenda das Olimpíadas em 2016. Queremos a restauração do Museu do Índio e a criação de uma agenda da sua consolidação, e para isso também solicitamos a parceria da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com o Governo do Estado”, concluiu.

O Seminário o Rio Continua Índio, ouviu especialistas, historiadores e doutores, que contribuíram com suas reflexões sobre os seguintes temas: O Aldeamento dos Indígenas no Rio; O Rio de Janeiro dos Séculos XVI e XVII; Os Índios na Construção do Espaço Urbano e na Defesa do Rio de Janeiro; O Movimento Indígena no Rio Hoje; Política Publica Indígenas na Cidade e no Estado no Rio de Janeiro; Conselho Estadual dos Direitos Indígenas; O Papel do Educador Indígena; A questão Ambiental e a Demarcação de Terras Indígenas e por ultimo: A Arte Contemporânea na Cidade do Rio de Janeiro.

Reinaldo de Jesus Cunha, aluno: Pós Graduação – Ciências Sociais e Religião da FEUDUC - Docência de Ensino Superior e Comunicação Empresarial da AVM.

Trabalho de Extensão Universitária – O Rio Continua Índio - Museu da República Rio de Janeiro

Texto: Reinaldo de Jesus Cunha

LINK: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/2631120/prog-seminario-indio.pdf>

LINK: <http://www.asfunrio.org.br/editorias2015/JornalOnline/mkt2015-011-00.htm>